
Artigos Originais

EXTENSÃO, PESQUISA-AÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ARTICULAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E POVOS INDÍGENAS

Antonio Jacó Brand¹
Marcelo Marinho²

RESUMO: O presente trabalho analisa uma fecunda experiência de pesquisa-ação no âmbito dos territórios indígenas Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, particularmente afetados por problemas de saúde coletiva, educação alheia às condições locais, desagregação cultural e desestruturação social. Para além dos resultados práticos e das soluções encontradas em conjunto com a comunidade, os projetos interdisciplinares de pesquisa-ação baseiam-se na etnoeducação e no conhecimento tácito próprio à comunidade indígena, dando origem a publicações, monografias e dissertações. O conhecimento resultante é agregado às disciplinas regulares das grades curriculares de diferentes cursos, retroalimentando o processo de concepção e realização de novos projetos extensionistas.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão, Etnoeducação, Desenvolvimento comunitário, Comunidades indígenas, Desenvolvimento local.

Extension, action research and local development: relationship between universities and indigenous community

ABSTRACT: The present work analyzes a fertile experience of action research in indigenous territories Kaiowá and Guarani in Mato Grosso do Sul, particularly affected by problems of public health, education unrelated to local conditions, cultural breakdown and social disintegration. Beyond the practical results and the solutions encountered together with the community, the interdisciplinary projects of action research based on ethno-education and tacit knowledge to the indigenous community itself, giving rise to publications, monographs and dissertations. The resulting knowledge is added to the disciplines of the regular curriculum of different courses, feeding back the process of designing and implementing new extension projects.

KEYWORDS: Extension, Ethno-education, Community development, Indigenous communities, Local development.

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, docente-pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, na área de Etnodesenvolvimento, Cultura e História Indígenas, coordenador do Programa Kaiowá-Guarani (brand@ucdb.br).

² Doutor em Literatura Comparada pela Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle, França), Pós-doutor em Estudos Culturais pela Universidade Eötvös Loránd de Budapeste (ELTE-BTK, Hungria) e pela Université du Québec à Montréal (UOAM, Canadá), docente-pesquisador do Programa de Mestrado em Literatura Comparada da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e professor visitante do Programa de Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Eötvös Loránd de Budapeste (biografia@gmail.com).

Desenvolvimento participativo e pesquisa-ação

No discurso dominante e ainda em voga nos países industrializados ocidentais, a noção de desenvolvimento contemplou, durante extenso período de tempo, fatores eminentemente e exclusivamente econômicos. Nesse ínterim, a globalização da economia incorreu em intensos efeitos socialmente negativos, tanto no plano local quanto regional, fato que levou alguns setores da sociedade a refletir mais criticamente sobre o significado da noção de desenvolvimento, doravante equacionado também em escala de comunidades locais e de suas especificidades culturais. Como resultado de tais reflexões e por inspiração dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, concebeu-se o Índice de Desenvolvimento Humano (em escala nacional ou municipal), formado por um conjunto de indicadores que buscam representar, de forma concreta, uma efetiva medida do desenvolvimento socioeconômico e cultural. Todavia, esse índice ainda não é capaz de espelhar certos aspectos intangíveis do desenvolvimento, como, por exemplo, o grau de autoestima dos indivíduos ou de sentimento de pertença com relação à comunidade, como também não é capaz de ponderar sobre certos fatores que fornecem a matéria para o tecido da própria comunidade em seu conjunto (confiança, fluxo de informações, equidade, autoconhecimento etc.).

No plano dos problemas que afetam as comunidades, em contraponto aos aspectos meramente econômicos, toda e qualquer reflexão sobre o conceito de desenvolvimento deve doravante abarcar, conforme relembra Antônio Elizalde (2000), as necessidades humanas fundamentais, que vão do ócio à liberdade, do conhecimento à participação social – e aqui começa a materializar-se um espaço propício para a atuação conjunta e integrada entre universidade e comunidade. Nessa perspectiva, convém lembrar, com Mervyn Claxton (1994), que o desenvolvimento em escala humana realiza-se nos planos social, ambiental, cultural e político, exatamente as dimensões fundadoras da teoria do desenvolvimento local, conforme sublinha a socióloga Tânia Zapatta (2006).

Nesse plano de reflexões, as noções de Capital Social e de Capital Humano contemplam questões relativas às relações intracomunitárias, sobretudo no tocante às redes de relacionamento, à difusão do conhecimento, à qualificação laboral e à identidade coletiva. Em tal perspectiva, as adequadas articulações entre universidade e comunidade podem revelar-se um produtivo fator no processo de desenvolvimento em escala local, como se observará ao longo das próximas páginas.

A comunidade, ao compartilhar coletivamente seus bens e manifestações culturais, consolida a consciência de si mesma, reafirma sua identidade e reforça suas redes internas de relacionamento social, tais como as redes de vizinhança, de parentesco e de compadrio, ou ainda as profissionais, associativistas, de afinidades e atividades culturais (religiosas, desportivas etc.), entre outras formas de identificação social. Nos planos ambiental, social ou político, observa-se que naturalmente decorrem, das atividades culturais comunitárias, certas externalidades como, por exemplo, efeitos sobre a saúde coletiva, tanto física quanto emocional – por eventual intermédio, neste caso específico, dos instrumentos de catarse social e individual, que são os ritos coletivos de natureza religiosa ou pagã, artística ou desportiva, política ou científica. Por outro lado, do grau de empoderamento da comunidade, também, decorrem inúmeros efeitos coletivos e individuais, que se refletem na saúde das pessoas ou do próprio tecido social. Assim, as manifestações culturais comunitárias iustificam-se como objeto privilegiado de projetos de pesquisa-ação.

Observa-se, nessa perspectiva, que as práticas culturais comunitárias podem fornecer a matéria para a formação, multiplicação e consolidação de redes sociais, tomando-se aqui a noção de cultura como o conjunto de práticas que refletem os modos de vida e os sistemas de valores de uma dada comunidade, na pertinente definição de Mervyn Claxton (1994). O capital social, segundo Robert Putnam (2006), decorre da consistência e extensão das redes sociais em suas diversas formas de articulação, pois destas depende a confiança mútua entre os membros da comunidade, assim como “o associativismo, a reciprocidade de benefícios, a observância das normas coletivas, o respeito aos espaços e bens públicos, o fluxo de informações, a coesão entre grupos distintos – ou seja, o capital social” (LIMA, MARINHO e BRAND, 2002, p. 366).

O desenvolvimento local tem como objetivo, por consequência, atuar sobre a própria qualidade de vida e o bem-estar comunitário, fatores de fortalecimento do capital social. Obviamente, é necessário considerar as necessidades e aspirações coletivas e individuais no âmbito da comunidade, assim como “sua própria capacidade criativa, seus próprios valores e potencialidades, suas próprias formas de expressão cultural”, conforme sustenta Mervyn Claxton (1994, p. 5), em estudo publicado pela UNESCO.

Ora, a pesquisa-ação – ou “pesquisa participativa” – surgiu da necessidade de se integrar o conhecimento tácito existente na comunidade e a metodologia de trabalho própria à pesquisa científica, no sentido de se buscar explicitar necessidades e aspirações da comunidade, no tangente aos problemas que afetam sua existência cotidiana. Selma Garrido Pimenta (2005), educadora e professora da Universidade de São Paulo, retoma as ideias de Michel Thiollent e reitera a ideia de que a pesquisa-ação solicita, aos sujeitos nela implicados, uma coesa integração no âmbito de uma comunidade que compartilhe objetivos e metas comuns, com relação ao problema coletivamente identificado e constatado. O pesquisador universitário fornecerá os instrumentos para que o grupo possa equacionar o problema em bases conceituais e teóricas, de forma a induzir a conscientização e a autonomização por parte dos envolvidos no processo, assim como a “transformação das ações dos sujeitos e das práticas institucionais” (PIMENTA, 2005, p. 522).

Para Álvaro Simon (2007), a pesquisa-ação marca-se por seu caráter emancipatório, no conjunto da América Latina, e tem especial aplicação em projetos de natureza social, solicitando que o informante assuma a condição de sujeito “tanto para a construção do conhecimento como para a ação” (SIMON, 2007, p. 545). Vale sublinhar o fato de que, no Brasil, é patente o descolamento entre pesquisas universitárias e comunidades locais, como atesta, por exemplo, a ausência de trabalhos sobre a função social de práticas culturais comunitárias que assumem a feição de um extenso fenômeno nacional, como é o caso do carnaval. Nesse contexto, em que autoconfiança e autoconhecimento desdobram-se em identidade e participação, analisam-se aqui certas articulações entre desenvolvimento participativo e pesquisa-ação, dentro de uma perspectiva amplamente interdisciplinar e comprometida com as questões sociais.

No Brasil, um grande número de projetos de pesquisa-ação voltados ao desenvolvimento participativo é conduzido por universidades comunitárias, uma forma inovadora de instituição nascida há algumas décadas na lacuna deixada entre as universidades públicas e empresas privadas da educação, conforme relembra Moacir Gadotti (1995). Essas universidades são geridas sob a responsabilidade de associações sem fins lucrativos ou fundações

e sob condições que muitas vezes reafirmam sua semelhança de funcionamento com organismos do Terceiro Setor, sejam estes seculares ou confessionais. Nessa perspectiva, acrescenta Gadotti, chegou-se a utilizar a nomenclatura “universidade pública não estatal” para designar essa forma de instituição que hoje é chamada “universidade comunitária”.

A Constituição Federal de 1988 reconhece o importante papel social das Instituições de Ensino Superior (IES) comunitárias, sobretudo no que diz respeito à prestação de serviços educacionais de interesse público, uma vez que suas atividades acadêmicas têm a vocação de contemplar, prioritariamente, projetos sociais de forte impacto local – condição que justifica a inversão de recursos públicos em seus projetos de ensino, pesquisa e de extensão, conforme salienta a Carta Magna, desde que essas IES “apliquem seus excedentes financeiros em educação” (art. 213, inciso I). Por esse viés, Moacir Gadotti (1995, p. 5), renomado educador e professor da Universidade de São Paulo, sustenta a ideia de que universidades públicas e universidades comunitárias diferem apenas quanto a seu estatuto jurídico e sua forma de financiamento, pois não divergem quanto à estrutura pedagógica ou quanto a seus projetos de cunho social e político.

No cenário nacional da educação superior, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) está implantada em Mato Grosso do Sul e nasceu com uma missão fortemente vinculada ao projeto de servir às comunidades de seu entorno, sobretudo no que se refere à busca de soluções para os problemas regionais crônicos, tais como os relacionados ao desenvolvimento social, cultural e político. A UCDB, em sua condição de Instituição Comunitária de Ensino Superior, desenvolve projetos de pesquisa participativa que buscam integrar a formação acadêmica, privilegiando o diálogo intercultural, a construção coletiva do conhecimento e as demandas sociais da comunidade. Tais projetos contam com efetiva e ativa participação da comunidade, além de fornecerem a matéria para a produção de conhecimento, por intermédio das pesquisas realizadas.

Os projetos de pesquisa-ação da UCDB são desenvolvidos como atividades extensionistas que se integram em um processo simultaneamente social, educativo, cultural e científico. O conhecimento tácito interno à comunidade sistematiza-se e dá origem a publicações, monografias e dissertações, além de ser agregado às disciplinas regulares das grades curriculares de diferentes cursos, retroalimentando o processo de concepção e realização de novos projetos extensionistas. Se a própria Constituição Federal de 1998, em seu Artigo 207, preceitua que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, a UCDB articula essas três dimensões em busca da renovação contínua dos vínculos entre universidade e comunidade.

Os projetos de pesquisa da UCDB buscam aprofundar a democratização do acesso ao conhecimento e gerar reflexões, por parte da comunidade, que levem à invenção criativa de soluções totais ou parciais para os problemas que afetam o cotidiano da população. Ao mesmo tempo, esses projetos conduzem os acadêmicos rumo a uma formação profissional marcada pela prática da cidadania e pela ampliação da consciência social, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento local e regional, especialmente no plano das necessidades humanas fundamentais. Por outro lado, os projetos de pesquisa-ação visam à produção de conhecimento por meio da articulação entre saberes acadêmicos e populares, buscando a transformação da universidade e o implemento das condições de vida da comunidade.

Dentre as ideias que, no plano internacional, balizam as pesquisas e as políticas de produção e acesso ao saber, seria importante retomar Paulo Freire e seu preceito fundamental no tocante à necessidade de se iniciar o trabalho de alfabetização por meio das palavras circunvizinhas à realidade da comunidade. Nessa perspectiva, também os projetos de pesquisa terão como premissa básica o atendimento às demandas sociais explicitadas pela própria comunidade, de forma a motivar e a integrar as pessoas em atividades inerentes a seu cotidiano. Contudo, é também necessário conceber ferramentas, instrumentos e técnicas que induzam a mútua identificação entre pesquisadores-agentes e comunidade participante, um obstáculo que pode ser inicialmente transposto por intermédio da inclusão, no âmbito do projeto, de pesquisadores oriundos da própria comunidade.

Por outro lado, é igualmente um desafio a identificação e o reconhecimento, por parte dos pesquisadores universitários, da sabedoria tácita cujos portadores são os próprios membros da comunidade. Em termos de pesquisa-ação e extensão, é preciso reconhecer a validade de todas as formas de conhecimento e aceitar a ideia de que a população local é capaz de definir seus problemas e de inventar soluções criativas. Aos pesquisadores cabe a tarefa de conduzir a tabulação e a análise rigorosa e sistematizada dos fatores econômicos, políticos, sanitários, ambientais e culturais que afetam o cotidiano da comunidade. Tais pesquisadores atuarão como intermediadores na produção do conhecimento, de maneira a fomentar a ampla participação na tomada de decisões.

Contudo, é árdua a tarefa de conduzir a comunidade a identificar e a explicitar o conhecimento tácito relativo às suas práticas cotidianas e às suas redes sociais, sobretudo quando se considera que a cultura é marcada por seu caráter de transparência para aqueles que estão imersos no processo. Tal desafio, quando superado, pode conduzir a comunidade à descoberta de habilidades e vocações no interior do próprio grupo. Contudo, é grande o desafio enfrentado no processo de socialização do conhecimento produzido conjuntamente, pois existe uma especial dificuldade em retroalimentar a comunidade em matéria de informação, pois o conhecimento científico deve ser traduzido em uma linguagem acessível a todos. Nessa perspectiva, as dificuldades são ainda maiores quando se trata de desenvolver projetos no âmbito de comunidades indígenas, no Brasil ou em qualquer outro país das Américas.

O Brasil indígena

Quando os europeus aportaram no Brasil, em seu litoral encontraram uma surpreendente diversidade de povos e línguas. Conforme as mais recentes estimativas científicas, um total de mil povos distintos e uma população de cerca de cinco milhões de pessoas vivia no conjunto do território. Segundo o linguista Arvon Rodrigues, esses povos falavam 1.273 línguas.

Passados 500 anos de colonização, o Brasil recenseou, no ano de 2000, cerca de 700 mil indígenas, agrupando-se em 215 povos e praticando 180 línguas distintas. Hoje, apesar de uma redução de aproximadamente 85% no número de línguas nativas, o Brasil ainda pode ser considerado megadiverso também do ponto de vista linguístico. Contudo, algumas dessas línguas são praticadas por reduzido grupo de falantes (por vezes, menos de 100), fato que põe em risco parte significativa dessa grande diversidade cultural, conforme Franchetto (2000, p. 84-8).

No Brasil dos dias de hoje, para efeito de sua sobrevivência e de continuidade de suas culturas, o maior desafio enfrentado pelos povos indígenas é a posse efetiva dos territórios tradicionais. Embora ocupem 582 Terras Indígenas, que somam 108.429.222 ha (1.084.292 km²) e representam 12,54% do território nacional, inúmeros grupos ainda esperam por identificação e conclusão do processo de regularização de 145 outros territórios que lhes pertencem por força do texto constitucional de 1988. Esse é um aspecto de extrema relevância, ao se considerar que duas décadas já transcorreram desde a aprovação da Constituição de 1988, Carta Magna que, em suas Disposições Constitucionais Transitórias, afirma que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (BRASIL, 1988).

Do total de 582 terras indígenas legalizadas, 405 localizam-se na Amazônia legal (Amapá, Amazonas, Acre, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e parte do Mato Grosso e Maranhão), correspondendo a 98,61% das terras indígenas já demarcadas oficialmente no país. No entanto, nessa região, residem não mais que 60% do total da população indígena. Resta, portanto, apenas 1,39% das terras demarcadas para os demais 40% da população indígena, que se espalham por outras regiões do Brasil, com destaque especial para o Estado de Mato Grosso do Sul, estado fronteiriço com a Bolívia e o Paraguai.

No Mato Grosso do Sul, região em que se recortam os biomas megadiversos Mata Atlântica, Pantanal e Cerrado, encontra-se uma população indígena estimada em 67 mil pessoas, quase 10% da população total no Brasil (700.000, como visto acima). Esses contingentes agrupam-se em oito povos distintos: Kadiwéu, Ofaiet, Terena, Guarani e Kaiowá, Kamba, Guato e Atikum. Dentre eles, os Guarani e Kaiowá e os Terena representam dois dos mais numerosos povos indígenas do país.

A falta de cumprimento das determinações referentes à demarcação das terras indígenas, especialmente fora do âmbito da Amazônia legal, é um dos fatores certamente mais relevantes para explicar a persistência dos elevados índices de pobreza e desnutrição entre os povos indígenas no Brasil.

A questão dos territórios indígenas e de seus recursos naturais, em toda a América Latina dos dias de hoje, não pode ser dissociada do longo e sistemático processo histórico em que se buscou suplantar a diversidade ambiental e cultural, no bojo dos projetos de construção dos Estados Nacionais. Frente a essa perspectiva monocultural de desenvolvimento, a persistência histórica dos povos indígenas representava claros riscos de futuras fragmentações políticas, além de ser categorizada como franco sinal de atraso. Dessa forma, a ocupação territorial traduziu-se, inevitavelmente, no desaparecimento de inúmeros povos indígenas, paralelamente à forte redução da complexidade ambiental, “mediante a imposição de um número limitado e controlado de monoculturas específicas, altamente rentáveis” (POSEY, 1987, p. 21). A apropriação, por parte dos colonizadores, dos territórios indígenas, assim como a conseqüente exploração de suas riquezas naturais, caracterizaram-se, dessa forma, como um processo de forte homogeneização cultural e de crescente comprometimento da diversidade ambiental.

Na perspectiva expansionista do colonizador de ontem e hoje, o destino reservado aos povos indígenas é o seu fatal desaparecimento, mediante sua integração forçada na sociedade ocidental. Tal concepção se traduz na desintegração social desses povos, na desarticulação de seus territórios, modos de vida, organização coletiva, economias, religiões e cosmovisões, e, ainda, de seus

conhecimentos, tecnologias de manejo ambiental, medicina e agricultura. Na visão etnocêntrica do colonizador, todos esses aspectos da existência indígena são menoscabados e apresentados como inúteis, símbolos de atraso diante do irreprezível avanço da civilização ocidental.

Nesse contexto, é necessário observar que as populações indígenas articulam conceitos de natureza que são distintos daqueles que caracterizam a cultura ocidental. As cosmologias autóctones explicitam as formas segundo as quais os seres humanos, as plantas e os animais interagem, dando nascimento a um conjunto orgânico. Não se trata, portanto, na perspectiva dessas populações, de dominar a natureza, tal como ocorre na cultura ocidental.

As culturas indígenas norteiam-se pela busca coletiva de se compreender e respeitar a linguagem da natureza, na certeza de que a sobrevivência humana dependerá muito mais dessa compreensão do que da capacidade de domínio ou de transformação. Observe-se, por exemplo, que as etapas que marcam o plantio e a colheita do milho entre os Kaiowá são acompanhadas por um ciclo de rituais e rezas, destacando-se a cerimônia do batismo do milho (*avatikvrv*), aspecto cultural que simboliza a íntima relação existente entre economia e organização social e religiosa.

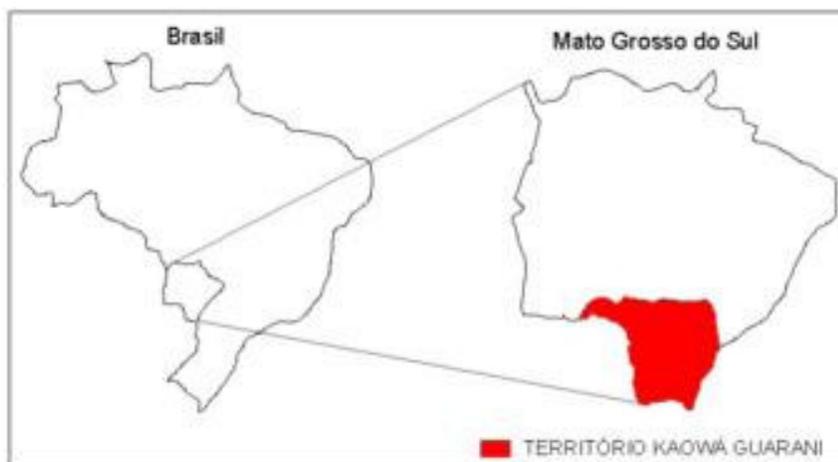
Explicitamente prevista pela Constituição de 1988, o atenuamento regional de políticas agrárias monoculturais passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos territórios indígenas, assim como pela proteção ou recuperação da diversidade ambiental desses mesmos territórios, forma privilegiada de se contribuir para com a autonomia desses povos. Com relação ao intenso e rápido processo de redução populacional dos grupos indígenas do Brasil, pode-se dizer que Mato Grosso do Sul ainda conserva sua condição de megadiverso também em termos de cultura, uma vez que este estado ostenta a segunda maior população indígena no total de 700 mil indivíduos que se espalham pelo país. Assim, 60 mil pessoas distribuem-se em oito povos distintos e vivem, em sua quase totalidade, em situação de precariedade social e econômica, tanto em áreas urbanas quanto em territórios indígenas.

De forma interdisciplinar, a UCDB desenvolve projetos extensionistas de pesquisa-ação em conjunto com essas comunidades: piscicultura, viveiro de mudas, núcleos de documentação e história comunitária, práticas culturais tradicionais são alguns dos temas contemplados por esses projetos. Subsistência, proteção, criatividade, participação social, ócio, identidade e liberdade são algumas das necessidades humanas básicas contempladas projetos extensionistas de pesquisa-ação. Entre os povos participantes desses projetos, encontram-se os Kaiowá e Guarani.

Kaiowá e Guarani: território e recursos naturais

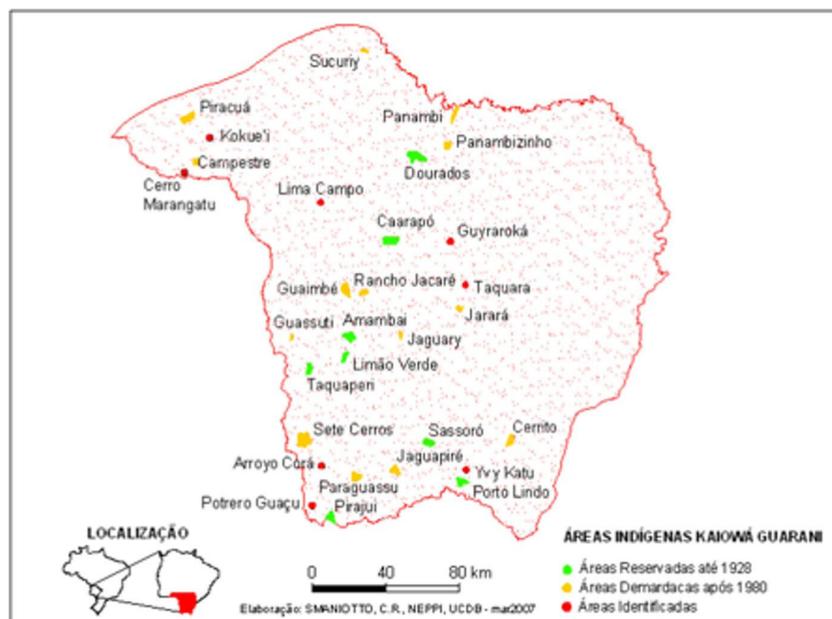
Os Guarani somam aproximadamente 200 mil pessoas, espalhadas pela Bolívia (70 mil), Argentina (60 mil), Paraguai (46 mil) e Brasil (47 mil), separados por fronteiras políticas que ignoram sua história plurissecular. O maior contingente Guarani, no Brasil, encontra-se na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 1), na fronteira com o Paraguai. Nessa região brasileira, o território dos Guarani espalhava-se por uma área de aproximadamente 26.000 km², área equivalente à de países como a Suíça ou a Bélgica. Conhecidos como “povos da

mata”, agrupavam-se especialmente em áreas de vegetação densa, ao longo dos córregos e rios, vivenciando uma relação com a natureza que pode ser considerada como “sustentável”. Também como forma de reduzir o impacto de suas atividades econômicas, organizavam-se em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias, que entretinham inúmeras relações, sobretudo por meio de casamento. À frente dos grupos, ocupavam seus lugares os chefes de família mais velhos, denominados de *tekoaruvicha* (chefes de aldeia) ou *ñanderu* (nosso pai).



Mapa 1: Localização do Território Tradicional Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul
Fonte: Geoprocessamento do Programa Kaiowá/Guarani, NEPPI, UCDB (2005).

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito reduzidas e dispersas extensões de terra para ocupação pelos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de apenas 18.124 ha (ou 180 km²). O processo buscava confinar os diversos núcleos indígenas e liberar o restante do território para os empreendimentos agropecuários não indígenas, sobretudo a extração de erva-mate e madeira, realizada precisamente por intermédio da mão de obra indígena, em regime de semiescravidão. A título de comparação, apenas a Companhia Matte Larangeira detinha uma área superior a 5.400.000 ha (5.400 km²). Como resultado desse longo processo de expropriação territorial, atualmente cerca de 45 mil indígenas Guarani e Kaiowá vivem confinados em aproximadamente 30 reduzidas áreas (Mapa 2). Nessas áreas doravante superpovoadas, o extrativismo e a economia, outrora sustentáveis, provocaram diferentes graus de degradação dos solos e completa alteração do ecossistema pré-existente.



Mapa 2: Áreas indígenas Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul
 Fonte: Geoprocessamento do Programa Kaiowá/Guarani. NEPPI. UCDB (2005).

A partir da década de 1950, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários no território dos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento. Parte significativa das aldeias é destruída, acentuando-se o processo de confinamento em reservas. A introdução da soja e da ampla mecanização das atividades agrícolas em toda a região, a partir da década de 1970, provocou o fim das aldeias-refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam ao avanço das fronteiras agrícolas. Ao se substituírem os restos de mata, capoeiras e campos – corredores biológicos – pela monocultura da soja, compromete-se, irremediavelmente, a biodiversidade da região.

Nas áreas em que ainda vivem os Guarani e Kaiowá, as matas ciliares estão profundamente degradadas e grande parte da vegetação nativa foi suprimida em virtude de um regime de ocupação itinerante e exploração intensa. Tal processo resultou no comprometimento das águas, na inviabilização da caça e da pesca, assim como da coleta de frutos silvestres, atividades tradicionais na cultura indígena. O lixo se acumula nas aldeias, contaminando o solo, a água e colocando em risco a saúde da população. Os herbicidas usados nas lavouras dos fazendeiros do entorno, também contribuem para o agravamento dessa situação. Depreciou-se, intensamente, por consequência, a qualidade de vida da população.

Atualmente, observa-se algum êxito nas iniciativas indígenas voltadas para a retomada de parcelas do território tradicional, perdidas ao longo do processo histórico de ocupação da região pelas frentes não indígenas. De 1980 até a presente data, os Kaiowá e Guarani retomaram 11 parcelas de terra, perfazendo um total de 22.450 ha (224 km²), doravante devidamente demarcados e em posse legal dos indígenas. Pequenas parcelas de outras áreas, identificadas ou em processo de identificação, estão, em alguns casos, ocupadas e sob litígio. Contudo, permanece inalterada a elevada densidade demográfica que caracteriza as reservas.

A terra indígena de Caarapó, uma das oito reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio, em 1924, é um bom exemplo desse processo de confinamento. Sua população é hoje estimada em 700 famílias, perfazendo um contingente populacional de aproximadamente 4.000 pessoas, confinadas numa área de 3.600 hectares (36 km²). Esse elevado contingente populacional é resultante, em parte, da absorção de diversas aldeias que foram privadas de suas terras no decorrer do avanço do processo de colonização, transferidas posteriormente para essa área indígena.

É importante ressaltar que esse processo de expropriação territorial e subsequente confinamento do contingente populacional em espaços extremamente exíguos, em condições nunca antes enfrentadas pelos Kaiowá e Guarani, impuseram profundas limitações à sua economia, pois inviabilizou a necessária itinerância e provocou o rápido esgotamento dos recursos naturais. Além de dificultar o funcionamento de seu sistema agrícola, o confinamento trouxe ameaças e desafios à sua organização social e religiosa.

Como consequência desse longo processo histórico de expropriação territorial e destruturação social, parte da subsistência das famílias é hoje garantida com o trabalho assalariado dos homens nas usinas de produção de açúcar e álcool, enquanto crescem os índices de desnutrição infantil e de suicídio entre os jovens (ver <http://sis.funasa.gov.br/siasi>). Os Kaiowá e Guarani manifestam, atualmente, uma forte dependência de ações emergenciais, sobretudo com relação à provisão de alimentos e de assistência médica, seja de forma oficial (aposentadoria, segurança alimentar, Programa Fome Zero etc.), seja por ações voluntárias a partir de mobilização de setores da sociedade civil.

A Universidade Católica Dom Bosco e o desenvolvimento participativo

Nesse contexto histórico, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) criou, em 1995, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, NEPPI, no qual se destaca o Programa Kaiowá/Guarani, que inicia seus trabalhos junto aos Kaiowá e Guarani, em 1996, ano em que as taxas de suicídio relativas a essa população de Mato Grosso do Sul atingiram seus mais elevados índices. O Programa Kaiowá/Guarani, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, tem como objetivo a realização de um amplo leque de pesquisas e ações, voltadas para a elaboração e a implementação de alternativas que oportunizem a gradativa melhoria da qualidade de vida dessa população indígena. O programa busca a convergência entre a pesquisa, em sua dimensão acadêmica, e ações efetivas de apoio aos povos indígenas nas áreas da produção de alimentos, recuperação ambiental e educação.

São diversos e complexos os fatores de ordem histórica, política e cultural que interferem no desenvolvimento de trabalhos voltados para a melhoria da qualidade de vida dessa população, em especial as iniciativas voltadas para a reposição dos recursos naturais, alternativas de produção de alimentos e geração de renda. Há dois aspectos relevantes a serem considerados de forma especial. Sob a ótica indígena, a esfera da economia e a das relações sociais e religiosas são inseparáveis. Por outro lado, há que se considerar a relevância histórica da itinerância, praticamente inviabilizada pelo confinamento. Essa estratégia de ocupação do território permitia, simultaneamente, a manutenção de relações equilibradas com o meio ambiente e a superação de eventuais conflitos sociais, assim como a “reprodução de suas formas tradicionais de organização social” (GALLOIS, 2001, p. 184).

Com o passar do tempo, os Kaiowá e Guarani, observadores atentos dos fenômenos da natureza, logo constataram que nas árvores replantadas ao redor de suas casas e ao longo dos córregos, os animais estavam começando a se ajuntar novamente, permitindo-lhes concluir que “é a mesma coisa a gente dizer, ver uma coisa assim que você fica alegre, uma coisa que estava errada, você vê que consertou, você fica todo satisfeito porque voltou aquele negócio no lugar certo. Então o dono do mato vai ser a mesma coisa, ele vai ficar alegre porque está reflorestando, o pedaco que foi perdido, tá crescendo”. Tal é o que afirma um indígena em depoimento gravado durante oficina de recuperação ambiental realizada em aldeia de Caarapó, em novembro de 2000.

O desafio fundamental que rege as iniciativas de desenvolvimento nessas populações indígenas é o da articulação de lógicas distintas. A construção de alternativas viáveis passa por uma relação de parceria entre os dois conhecimentos – o indígena e o ocidental – lembrando sempre que cabe a eles, aos indígenas, como profundos conhecedores dos recursos naturais e como comunidade local, a palavra decisiva.

Por outra parte, a adoção dessa visão indígena em iniciativas de desenvolvimento abre novas perspectivas e fortalece projetos centrados numa relação mais equilibrada com os recursos naturais, privilegiando a agroecologia, a policultura e as habilidades humanas no trato da terra, em lugar dos insumos químicos e da mecanização. Tendo como eixo central o território e o conhecimento em torno dele acumulado, assim como a experiência historicamente construída, novas e inéditas alternativas de desenvolvimento poderão ser implementadas.

Cabe destacar que as populações indígenas desenvolvem, em permanência, diversas e diferenciadas estratégias com o objetivo de interferir em suas relações com o entorno regional. Entre as estratégias desenvolvidas nas duas últimas décadas, destaca-se um sistemático movimento no sentido de retomar parcelas mais extensas de territórios tradicionais, perdidos frente ao avanço do processo de colonização. Esses povos buscam quebrar o confinamento geográfico, superar o tratamento tutelar que lhes foi imposto e reavaliar seus projetos culturais próprios. A UCDB, por meio de seus programas indígenas, busca contribuir e apoiar os povos nativos nessa sua trajetória histórica em busca da afirmação de seus projetos culturais e, por conseguinte, de sua autonomia.

Os trabalhos desenvolvidos na UCDB estão articulados com os Programas de Mestrado e Doutorado em Educação e de Mestrado em Desenvolvimento Local, incluindo, portanto, a participação tanto de mestrandos e doutorandos quanto de alunos da graduação, por meio de trabalhos de iniciação científica. Nessa perspectiva, os pesquisadores são tanto indígenas quanto não indígenas. As pesquisas articulam-se em torno de quatro linhas de pesquisa: educação indígena; cultura e novas tecnologias; ocupação espacial, organização social e cosmologia; territórios, recursos naturais e sustentabilidade.

Diversas ações coletivas são desenvolvidas pelo Programa, voltadas, especialmente, para o aprofundamento, a ampliação e a divulgação das pesquisas (Centro de Documentação e Revista Tellus). As pesquisas e ações de extensão do Programa Kaiowá/Guarani se concentram em dois eixos: recuperação dos recursos naturais e produção de alimentos; e formação de professores e técnicos indígenas.

A recuperação dos recursos naturais e a produção de alimentos ocorrem por meio das seguintes ações:

a. Recuperação e Gestão Ambiental

Em função da exiguidade das terras disponíveis nas Terras Indígenas, as práticas utilizadas para a sua exploração contribuem para a propagação de gramíneas invasoras, proliferação de formigas, lixiviação, grandes vocorocas, erosão laminar, desgaste do solo (principalmente nas áreas em declive das bacias hidrográficas), além do crescente comprometimento das águas. Por isso, preocupados com a educação ambiental com base nas concepções indígenas sobre o ambiente (ciclos biogeoquímicos, taxonomias, zoneamento, relações ecológicas, mitos, dentre outras), uma das primeiras iniciativas foi estruturar, a partir das escolas indígenas, com a participação efetiva de professores, alunos e pais, um viveiro de mudas de espécies nativas, com capacidade para 200.000 mudas/ano, voltado para o replantio das matas ciliares nas microbacias comprometidas.

Associado à reposição, nas microbacias, das espécies vegetais tradicionalmente utilizadas pelos povos indígenas, esta ação contemplou a construção de diversas represas, com a finalidade de contenção de processos erosivos graves, permitindo, ainda, a implantação de aquicultura extensiva e a viabilização de áreas de lazer. As represas contribuem para o restabelecimento de matas ciliares em seu entorno, a recuperação de vias de acesso e curvas de nível compatíveis.

b. Projeto Quintais Familiares e Agentes Indígenas de Agroecologia (*Mosãrambihara*)

O projeto é uma iniciativa que envolve os professores e agentes de saúde indígenas, mulheres das áreas indígenas de Caaranó e pesquisadores da UCDB, tendo em vista, especialmente, os problemas de desnutrição das crianças indígenas, cuja responsabilidade recai, hoje, sobre as mulheres da aldeia, pois os homens trabalham nas usinas de produção de açúcar e álcool. Está apoiado, ainda, na constatação do aumento da expectativa e da responsabilidade direta dos professores e agentes de saúde para com os problemas relacionados à segurança alimentar. As atividades centram-se na ampliação dos cultivos de espécies vegetais alimentares e na criação de pequenos animais nas proximidades da residência, com o intuito de ampliar as alternativas alimentares das famílias.

O projeto Agentes Indígenas de Agroecologia (*Mosãrambihara*) visa capacitar agentes multiplicadores para acompanhar as atividades de produção de alimentos de um determinado número de famílias por região, com ênfase em cultivos tradicionais e sistemas agroflorestais. Busca, ainda, disseminar métodos naturais de controle de pragas, bem como estimular a preservação e recuperação do solo e do meio ambiente. Há consenso de que um dos grandes desafios a ser superado nas iniciativas de ampliação da produção de alimentos e geração de renda nas terras kaiowá e guarani é o da assistência técnica, sistemática e acessível. O engajamento desses agentes indígenas significa um passo importante na superação desses desafios.

c. Projeto Unidades Experimentais de Pesquisa, Produção de Alimentos e Artesanato

O Projeto Potv Reñoi, desenvolvido entre os anos de 2002 e 2006, beneficiou, por ano, cerca de 100 crianças indígenas, entre 12 e 17 anos de idade, mediante a ampliação do processo de educação escolar, ao mesmo tempo em que abriu perspectivas concretas de geração de renda e

sustentabilidade. O projeto buscou viabilizar, no interior das terras indígenas e em articulação direta com as escolas da comunidade, espaços complementares de educação, nos quais os alunos indígenas pudessem conceber e materializar iniciativas, especialmente de produção e beneficiamento de alimentos e artesanato. Privilegiaram-se tecnologias alternativas, baseadas nos saberes tradicionais e na possibilidade de sua aplicação no interior das terras indígenas. Dessa forma, buscou-se valorizar a aprendizagem por meio da experimentação e da vivência concreta, pelo método do “aprender fazendo”, característico do processo etnoeducativo próprio aos Kaiowá e Guarani. Atualmente, o projeto segue assumido e coordenado pela escola indígena.

d. Formação de professores e técnicos indígenas

A formação de professores indígenas ocorre por meio do Curso Normal em Nível Médio (Projeto “*Ára Verá*” – *Espaco-Tempo Iluminado*) e objetiva a formação de professores, em nível médio, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação. Várias turmas já concluíram o curso e hoje atuam nas escolas das aldeias. Os conteúdos e metodologias desse curso são definidos e abordados a partir do horizonte cultural dos Kaiowá e Guarani. O trabalho inclui, ainda, assessoria à implantação e ao desenvolvimento do ensino médio na aldeia Tev’kue, mediante programas de capacitação da equipe de professores e assessoria às atividades de sustentabilidade e geração de renda, desenvolvidas pelos professores e alunos indígenas.

Por outro lado, o Curso de Licenciatura para os professores Kaiowá e Guarani, viabilizado conjuntamente pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pela UCDB, prevê a inclusão anual de um grupo de até 60 professores indígenas na Universidade, por meio de um projeto específico de licenciaturas em nível superior. Iniciou-se em 2006, com uma primeira turma de 60 acadêmicos. A proposta acadêmica, conteúdos e metodologias são resultado de construção conjunta entre os professores, comunidades indígenas e pesquisadores das duas instituições de ensino superior.

Para os participantes, é fundamental não só o acesso a informações técnicas, mas em especial a construção de novas alternativas também culturalmente viáveis para recuperar a sustentabilidade dos sistemas autóctones de produção e garantir a segurança alimentar das comunidades. Nessa perspectiva, o curso busca formar profissionais propositivos na gestão sustentável, em sua acepção plena (cultural, ambiental e econômica), ou seja, uma gestão socioambiental de caráter autônomo. Espera-se que o curso venha a constituir sólidos referenciais de política pública de formação superior indígena, dado o caráter diferencial das bases pedagógicas e temáticas que sustentam esse projeto inovador.

O Projeto Rede de Saberes, desenvolvido pelo NEPPI em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com apoio financeiro da Fundação Ford, objetiva desenvolver ações de apoio aos alunos indígenas em sua trajetória acadêmica, criando nas universidades envolvidas espaços e estruturas de apoio ao ingresso e permanência dos acadêmicos indígenas.

Nos últimos anos, as populações indígenas vêm percebendo, gradativamente, a relevância estratégica dos espaços acadêmicos. Enfrentam, porém, dois problemas graves, decorrentes do forte preconceito que marca as relações da população regional com os povos indígenas: a dificuldade de ingressar e

permanecer na universidade, concluindo com êxito os estudos superiores. O Projeto Rede de Saberes insere-se nesse contexto, desenvolvendo ações que fortaleçam a presença indígena nas universidades.

O NEPPI desenvolve diversas ações voltadas à consolidação e à ampliação da pesquisa junto aos povos indígenas. Destacam-se as seguintes ações:

- Centro de Documentação Indígena *Teko Arandu*: tem como objetivo oferecer suporte aos trabalhos desenvolvidos junto às comunidades indígenas – com especial ênfase no apoio aos professores, agentes de saúde e acadêmicos indígenas – aos órgãos públicos, responsáveis pelo atendimento dessas populações e aos pesquisadores da temática indígena. Objetiva sistematizar, em base de dados, a documentação escrita e audiovisual referente a essas populações (entrevistas, fotografias, gravações em vídeo e áudio, documentação relativa à sua história e cotidiano); levantar e reproduzir documentos ou bibliografias dispersas em arquivos de instituições brasileiras e estrangeiras, complementando as informações coletadas nos trabalhos de campo; aprimorar uma base de dados, com descritores adequados que facilitem e socializem o acesso e a pesquisa nos arquivos. O trabalho de implementação do centro de documentação teve início em 2001, contando já com um acervo considerável de mais de 95 rolos de microfilme de 35 mm, cada um com cerca de 5.000 fotogramas, sobre documentação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI, 1910 a 1967), amplo material fotográfico, cartográfico, fitas K7, fitas VHS e CD-ROM, reunindo, ainda, inúmeras entrevistas com representantes indígenas de mais idade sobre sua história, devidamente gravadas, transcritas e arquivadas.
- Revista Tellus: criada em 2001, tem como objetivo possibilitar e ampliar o intercâmbio com outros centros de pesquisa, publicando artigos locais, regionais, nacionais e internacionais sobre a temática indígena.
- Seminários anuais: objetiva permitir intercâmbio entre pesquisadores de Institutos de Pesquisa dentro e fora do país e aprofundar o diálogo com pesquisadores indígenas, órgãos governamentais e não governamentais. Esses seminários, realizados em parceria com os programas de pós-graduação da UCDB e com outros centros de pesquisa, centram-se nas questões étnicas, abrindo, porém, para o diálogo em torno de temas mais amplos como multiculturalidade, interculturalidade, identidades, entre outros. Os seminários contam com a parceria e participação de pesquisadores de diversas instituições de pesquisa do país e do exterior, mas especialmente com intensa participação de acadêmicos indígenas.

Finalizando, podemos afirmar que nesses quinze anos de inserção dos pesquisadores em programas de apoio aos povos indígenas, buscando articular a pesquisa com o desenvolvimento concreto de ações, sempre em estreito diálogo com a experiência e os saberes acumulados por esses povos, temos aprendido muito e, certamente, esse diálogo e inserção no meio indígena permite aos cursos de graduação e de pós-graduação da UCDB visualizar novas alternativas de pesquisa e de contribuição nos debates em torno do complexo tema das alternativas de sustentabilidade que melhor respeitam os limites e as possibilidades dos territórios e das populações locais aí estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa participativa é uma condição marcante na razão de ser do ensino superior, quando articula atividades acadêmicas e anseios legítimos da comunidade. Por esse viés, as atividades contribuem para que a produção e a difusão do conhecimento estejam comprometidas com a realidade social. A universidade precisa enfrentar o desafio de estruturar-se de maneira a poder responder às urgentes demandas da comunidade.

Nesse sentido, o aspecto essencial da sua contribuição reside na formulação, apropriação e difusão de um conhecimento que seja inovador, formador e transformador. O local é o lugar do conhecimento, logo o lugar é o local do próprio empoderamento. O corpo uno e coeso, formado pela comunidade e pelos docentes e discentes que atuam no interior da comunidade, é o portador que gesta o conhecimento e as possíveis soluções para os problemas da comunidade. Assim, a pesquisa-ação e a extensão de caráter interdisciplinar conduzem à inclusão social dos estratos “ninguneados” (segundo a noção proposta por Otavio Paz) da sociedade. Como alternativa inovadora, a pesquisa-ação se desdobra em atividades de extensão que devem pavimentar uma avenida de mão-dupla entre a universidade e a comunidade.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Atas das Comissões**. n. 96. Brasília. Congresso Nacional, 1987.

BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária: uma identidade em construção**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1999.

BRAND, Antonio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. 1997. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1997.

. Los Guaraníes en tiempos de suicidio. **Accion**. Madrid, ano XXVIII, n. 168, p. 31- 33, out. 1996.

. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a entrada de nossos contrários. In: Conselho Indigenista Missionário - Regional MS. Comissão Pró-Índio de São Paulo e Ministério Público Federal (Org.). **Conflitos de direitos sobre as terras guarani/kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Palas Athena, 2001. p. 93-131.

Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. **Interacões**. Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 59-68, 2001.

BRAND, Antônio; VIETTA, Katva. Análise das ocorrências de suicídios entre os Kaiowá/Guarani, no Mato Grosso do Sul, entre 1981 e 2000. **Tellus**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 119-131, out. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2009.

CLAXTON, Mervyn. **Decênio mundial para el desarrollo cultural 1988-1997: cultura y desarrollo**. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2010.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. **Interações**. Campo Grande. MS. v. 1. n. 1. p. 51-62. set. 2000.

FRANCHETTO, Bruna. O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil. **Povos indígenas no Brasil – 1996-2000**. Instituto Socioambiental (Org.), p. 84-88, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Universidade estatal. universidade comunitária**: dois perfis em construção da universidade brasileira. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0020/Universidade_estatal_1995.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.

GALLOIS, Dominique. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos, práticas, para pensar a tolerância. In: Grupione, Luis Donisete; Vidal, Lux; Fischmann, Roseli (Org.). **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Vanuza Ribeiro de; MARINHO, Marcelo; BRAND, Antonio. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História & Perspectivas**. Uberlândia, v. 1, n. 36-37, p. 363-388, 2007. Disponível em: <<http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/include/getdoc.php?id=201&article=125&mode=pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

MARTELETO, Regina Maria e Silva; OLIVEIRA, Antonio Braz de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.** [online], v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1965200400030000>. Acesso em: 30 jan. 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a13v31n3.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

POSEY, Darrell. Introdução - etnobiologia: teoria e prática. In: Berta Ribeiro (Org.). **Suma etnológica brasileira**. 1. Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália Moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RAPOSO, Mário Lino; SERRASOUEIRO, Zélia Silva. O papel da universidade e o desenvolvimento regional. **Cadernos de Economia**, n. 71, p. 100-104, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.cadernoseconomia.com.br/ce71/mario_lino_raposo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2007.

SILVA, Enio Waldi da. **Extensão e desenvolvimento regional**: discurso das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2.. 2004. Disponível em: <http://www.cadernoseconomia.com.br/ce71/mario_lino_raposo.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2007.

SIMON, Álvaro Afonso. A pesquisa-ação: o extensionista como sujeito-objeto. **Rev. Bras. Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/files2006/2007/RBA-2007-567.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2009.

YÚDICE, George. Redes de gestão social y cultural en tiempos de globalización. In: Martín Barbero, Jesus et al. **Cultura y globalización**. Colombia. CES/Universidad Nacional. 1999. Disponível em: <<http://socwaslala.googlepages.com/G.Yudice.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2009.

ZAPATA, Tânia. **Estratégias de desenvolvimento local**. São Paulo: Coordenadoria de Assistência Técnica do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/bemh/doc_public/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2007.

Submetido em 21 de setembro de 2010

Aprovado em 10 de novembro de 2010